

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.351.863 - SP (2018/0217447-1)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : SERGIO RICARDO ACQUAVIVA
AGRAVANTE : SUELI ZANOLI ACQUAVIVA
AGRAVANTE : GIM RODAS ESPORTIVAS LTDA
ADVOGADO : ANA PAULA CARNEIRO DA COSTA - SP275625
AGRAVADO : RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS
FINANCEIROS S.A
ADVOGADO : MÔNICA MARIA MONTEIRO BRITO E OUTRO(S) - SP252669

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por SERGIO RICARDO ACQUAVIVA e OUTRO contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Agravo de instrumento. Execução de título extrajudicial. Decisão agravada que rejeitou a impugnação apresentada pelos Executados e determinou o prosseguimento da execução. Insurgência dos Executados. Não acolhimento. Acordo celebrado entre as partes e homologado pelo Juízo do qual constava expressa ciência à cessão de crédito, bem como de que em caso de inadimplemento o prosseguimento da ação seria com base nos valores e cláusulas previstas no contrato objeto da lide, com abatimento dos valores já pagos e que tal transação não importava em novação. Inadimplemento confessado pelos Executados. Excesso de execução. Não comprovação pelos Agravantes, que se baseiam no valor do acordo e não no débito original, o que seria de rigor, ante a inadimplência ocorrida. Decisão mantida. Recurso não provido." (fl. 425)

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega violação dos arts. 783 e 803, I, do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, isto: (a) as planilhas e valores apresentados pelo recorrido maculam a certeza, liquidez e exigibilidade necessárias para legitimar a execução; (b) *"A completa incorreção nos cálculos apresentados pelo recorrido, inclusive o fazendo de maneira a não considerar os pagamentos regularmente realizados e, colacionando atualizações monetárias cuja*

base de cálculo não restam demonstradas de maneira uniforme nas várias planilhas apresentadas, por certo trazem nulidade à execução encetada" (fl. 446).

É o relatório. Decido.

O acórdão recorrido reconheceu, em suas razões de decidir, que foram preenchidos os requisitos exigidos para conferir liquidez, certeza e exigibilidade do título executivo, asseverando, para tanto, isto:

"Patente nos autos que as várias planilhas juntadas apresentam diferenças de valores, por se basearem ora no valor acordado ora no débito original, o que por si só não implica em qualquer vício no título executivo ou ausência de seus requisitos legais, mas simplesmente na adequação do valor da dívida que ora toma por base os valores objeto de acordo, os pagamentos realizados e ora os valores contratados originalmente atualizados e acrescidos das custas, despesas processuais e honorários, isto em decorrência da inadimplência verificada e admitida.

Por fim, cabe ressaltar que competia aos Agravantes a demonstração de incorreção nos cálculos apresentados pelo Exequente (com base no valor original da dívida, pois incontroverso o rompimento do acordo homologado pelo Juízo), porém seus cálculos somente tem como referência o valor da dívida estabelecido com desconto, o que só poderia ser admitido no caso de integral observância do acordado (págs. 355/374 destes)." (fl. 429)

Assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem exigiria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, a teor do óbice previsto no enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. TÍTULO EXECUTIVO. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO DÉBITO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. A cédula de crédito bancário é título executivo, apto a instruir a ação de execução, ainda que o débito tenha origem em contrato de abertura de crédito, porém a inicial deverá vir acompanhada, também, de demonstrativo da evolução da dívida.

Superior Tribunal de Justiça

2. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da inexistência de demonstrativo da evolução do débito demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça 3. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 566.565/PR, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/6/2015, DJe 6/8/2015).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator